Revista FundAção

[relato de experiência] PROPPEX **FSA**

ISSN 2965 - 2138

ENTRE DESLOCAMENTO E PERTENCIMENTO: SAÚDE MENTAL E INCLUSÃO SOCIOCULTURAL DE REFUGIADOS SÍRIOS

Juliana Aparecida Martini
juliana.martini@fsa.br
Docente, Curso de Psicologia,
Centro Universitário Fundação Santo André – CUFSA

Alex Sandro dos Santos Machado
Carlos da Silva Junior
Juliana Moreira Lopes
Leonardo Bramante Xavier
Nícolas Florentino dos Santos
Samara Onha de Almeida
Discentes, Curso de Psicologia,
Centro Universitário Fundação Santo André – CUFSA

RESUMO

A migração forçada implica múltiplas rupturas, territoriais, familiares e culturais, que atravessam a trajetória do sujeito e impactam significativamente sua saúde mental. Este trabalho apresenta a experiência extensionista em Psicologia dentro da comunidade de refugiados sírios, compreendendo aspectos do sofrimento emocional e propondo ações educativas construída a partir da interação dialógica. Os relatos e experiências observadas permitiram refletir sobre as formas pelas quais os processos migratórios, as barreiras linguísticas, as diferenças culturais e as dificuldades de inserção social contribuem para a produção de sofrimento social, sendo importante o cuidado ao se delimitar sintomas de quadros nosológicos como o TEPT desvinculado do contexto social de violência e quebra de direitos após o ato de deslocamento. A mulher e a criança apareceram como importantes mediadores na interlocução cultural e (re) construção de identidade. O estudo buscou contribuir para a reflexão sobre a invisibilidade das demandas em saúde mental

entre populações refugiadas e para a necessidade de práticas de cuidado culturalmente sensíveis no campo da saúde e da educação.

Palavras-chave: refugiados; saúde mental; transtorno de estresse pós-traumático; migração.

BETWEEN DISPLACEMENT AND BELONGING: MENTAL HEALTH AND SOCIOCULTURAL INCLUSION OF SYRIAN REFUGEES

ABSTRACT

Forced migration involves multiple disruptions, territorial, familial, and cultural, that shape individuals' life trajectories and significantly affect their mental health. This study aims to present an extension project experience in Psychology developed with the Syrian refugee community, focusing on the understanding of emotional suffering and the development of educational actions based on dialogical interaction. The study is based on qualitative reflections derived from reports and experiences observed during extension activities carried out with the community. The findings highlight how migratory processes, language barriers, cultural differences, and difficulties in social integration contribute to the production of social suffering. The results also indicate the importance of caution when identifying symptoms of nosological conditions such as Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD), particularly when these are interpreted outside the broader social context of violence and rights violations that may persist after displacement. Women and children emerged as important mediators in cultural dialogue and in the (re)construction of identity. The study contributes to reflections on the invisibility of mental health demands among refugee populations and highlights the importance of culturally sensitive care practices in the fields of health and education.

Keywords: refugees; mental health; post-traumatic stress disorder; migration.

ÁREA TEMÁTICA: Direitos Humanos e Justiça**.**

1 INTRODUÇÃO

A migração forçada não é um fenômeno recente, atravessa a história da humanidade em diferentes períodos históricos e sociais, podendo se associar a guerras, perseguições políticas, étnicas e religiosas, crises econômicas e desastres humanitários. Ao longo do tempo, esses deslocamentos compulsórios vêm produzindo consequências como rupturas familiares, perdas identitárias, precarização das condições de vida e desafios persistentes de integração social. O refúgio, portanto, não se encerra na saída da região de conflito: constitui um processo social e político que repercute na subjetividade e pode produzir efeitos que permanecem após o deslocamento (Almeida *et al*., 2024).

Durante a pandemia de COVID-19, migrantes e refugiados enfrentaram barreiras ampliadas no acesso a políticas públicas, o que acentuou vulnerabilidades no contexto de acolhimento. Além disso, revisão da produção científica sobre refugiados sírios no Brasil aponta desafios relacionados à adaptação, à construção de novos vínculos, ao acesso às políticas públicas, ao subemprego e às dificuldades decorrentes da barreira linguística. Embora o Brasil disponha de legislação de acolhimento e proteção, a literatura também registra a permanência de obstáculos sociais e culturais à inclusão, incluindo situações de preconceito e xenofobia (Moura *et al*., 2023; Campos *et* al., 2024).

Após o deslocamento, uma das principais dificuldades de integração enfrentadas por migrantes é o desconhecimento da língua do país de acolhida. A aquisição da língua local pode favorecer a autonomia, a participação social, o acesso ao mercado de trabalho e a utilização de serviços públicos. Entretanto, esse processo não deve implicar o apagamento da língua de origem ou o silenciamento da cultura do migrante. Nesse contexto, a noção de “terceiro espaço” ou “entre-lugar” contribui para compreender os processos de reconstrução identitária vivenciados no país de acolhida. Assim, a aprendizagem da língua portuguesa pode ser compreendida não apenas como ferramenta de comunicação, mas também como elemento que participa da construção de novas formas de pertencimento (Brito, 2022; Almeida *et al*., 2024).

Assim, a educação assume um papel importante na promoção de saúde de uma comunidade. Os processos educativos no campo da saúde podem ampliar a compreensão de que a aprendizagem não se restringe à obtenção de certificados ou diplomas, relacionando-se também à

construção de autonomia, participação social e dignidade dos sujeitos. No contexto migratório, essa dimensão educativa pode contribuir para ampliar o acesso à informação e aos recursos disponíveis no território, fortalecendo a participação dos sujeitos nos processos de cuidado (Araújo *et al*., 2021).

A saúde mental, compreendida como parte da saúde integral, demanda atenção às condições sociais e históricas nas quais o sujeito está inserido. No caso da migração forçada, o sofrimento pode estar relacionado tanto às perdas e violências que antecedem o deslocamento quanto às experiências posteriores de precariedade, separação, insegurança e dificuldade de inserção social. A Psicologia, comprometida com os direitos humanos e com práticas de cuidado contextualizadas, pode contribuir para o acolhimento de pessoas em situação de deslocamento forçado, ampliando a compreensão sobre o sofrimento emocional e sobre as condições sociais que o atravessam. Nessa perspectiva, a atuação profissional não se restringe à situação emergencial, mas pode acompanhar os diferentes momentos do processo migratório e de integração social, considerando as demandas que permanecem após o deslocamento (Prado; Araújo, 2019).

Rosa *et al*. (2009) defendem uma escuta do sofrimento que não o reduza imediatamente à categoria de doença, considerando as dimensões sociais e políticas que atravessam a experiência migratória. Essa perspectiva contribui para um fazer psicológico que não se limite ao assistencialismo, mas reconheça a identidade, a história e as condições concretas de vida do sujeito. Assim, compreender o sofrimento emocional de migrantes implica considerar também as barreiras socioculturais relacionadas à integração, ao acesso a direitos e à construção de novos vínculos.

A Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), que substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro, estabeleceu uma perspectiva orientada pelos direitos humanos, assegurando princípios relacionados à igualdade de tratamento, ao acesso a serviços públicos e à acolhida humanitária. A Lei nº 9.474/1997, por sua vez, estabelece mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e organiza a proteção jurídica dessa população no Brasil. Esses marcos legais constituem referências importantes para a atuação profissional junto a migrantes e refugiados, inclusive no campo da Psicologia e da saúde (Brasil, 1997, 2017).

Diante dessa perspectiva, a promoção de processos educativos voltados à população migrante pode favorecer a autonomia, a participação social e o acesso a direitos, relacionando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 10, que prevê a redução das desigualdades e a promoção da inclusão social (ONU, 2015). É importante que a Psicologia considere seu papel em campos que exigem a contextualização das demandas a partir de

dimensões técnicas, sociais, culturais e históricas. Para que a intervenção psicológica seja adequada junto a migrantes, em especial à comunidade árabe-muçulmana, é necessário considerar também a relação entre saúde mental, cultura e religiosidade. O estigma relacionado ao sofrimento emocional e as diferentes formas de simbolizar e comunicar a dor podem dificultar a aproximação com serviços tradicionais. Nesse cenário, o diálogo intercultural pode favorecer uma escuta sensível às especificidades da população e contribuir para a construção de espaços de proteção psicossocial.

Compreender o território como elemento ativo na construção da ação é uma condição relevante para projetos de extensão em Psicologia. A extensão universitária constitui espaço de articulação entre universidade e comunidade, favorecendo intervenções voltadas à promoção da saúde mental e contribuindo para uma formação crítica e socialmente comprometida dos estudantes (Patias *et al*., 2024). A interação dialógica e a construção conjunta com a comunidade também possibilitam que os discentes compreendam o deslocamento forçado como processo determinado por diferentes condições sociais e contextuais, que repercutem sobre o sofrimento emocional (Síveres, 2013).

Nesse sentido, este trabalho teve por objetivo compreender o sofrimento emocional de migrantes sírios refugiados e construir, junto à comunidade, ações psicoeducativas voltadas à integração social, à redução do sofrimento emocional e à promoção da saúde e do bem-estar.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho caracteriza-se como relato de experiência, oriundo de um projeto de extensão universitária de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir da aproximação entre a universidade e o Instituto Baytuna, organização que atua no acolhimento e apoio a refugiados sírios e migrantes da comunidade árabe-muçulmana no Brasil.

Em um primeiro momento, foi realizada uma aproximação institucional com o projeto, por meio de reuniões e conversas com o responsável pelo instituto e com voluntários que atuam nas atividades de acolhimento e suporte à comunidade atendida, nas dependências do projeto, os voluntários tinham entre 30 a 50 anos, sendo homens e mulheres. Esse processo teve como objetivo compreender o funcionamento do projeto, as principais demandas observadas pelos profissionais envolvidos e as necessidades percebidas no campo da saúde mental da população atendida. A aproximação institucional foi conduzida em consonância com a perspectiva da extensão universitária como espaço de articulação entre universidade e comunidade (Patias *et al*., 2024).

Em um segundo momento, foi realizada uma visita domiciliar a uma família refugiada acompanhada pelo instituto, estavam presentes o casal e seus dois filhos, e duas pessoas em trânsito na rua, com idade entre 40 a 50 anos. A visita teve caráter exploratório e de escuta, permitindo observar aspectos do cotidiano, conhecer elementos da história de migração e identificar percepções acerca das dificuldades emocionais presentes na comunidade. Durante essa etapa, foram observados desafios relacionados à compreensão e ao reconhecimento de manifestações psicológicas associadas a experiências traumáticas vivenciadas no contexto de migração forçada e conflitos armados, especialmente aquelas que poderiam ser relacionadas ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT).

A partir dessas observações iniciais, foi organizada uma atividade de intervenção psicoeducativa voltada à comunidade síria atendida pelo instituto. A ação consistiu na realização de uma palestra ministrada por professores universitários, vinculados à Fundação Santo André (FSA), com participação de estudantes universitários envolvidos no projeto de extensão. O evento contou ainda com a presença de um intérprete da própria comunidade, de modo a facilitar a comunicação intercultural e linguística, além da participação de representantes de outros projetos de apoio a migrantes. O evento foi divulgado a toda comunidade síria, bem como projetos de acolhimento a migrantes, homens e mulheres (Figura 1). No local da palestra foi preparado um café, e as crianças faziam oficina de futebol ao lado simultaneamente.

Os dados analisados neste estudo foram produzidos a partir dos registros reflexivos e das experiências vivenciadas pelos estudantes participantes do projeto de extensão, bem como das observações realizadas durante as atividades de campo. A análise seguiu uma perspectiva qualitativa, buscando compreender percepções, aprendizados e desafios identificados no processo de interação entre universidade e comunidade migrante. Por se tratar de um relato de experiência, os resultados apresentados correspondem ao contexto específico da ação extensionista e não têm pretensão de generalização.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação extensionista contou com a participação de aproximadamente 20 pessoas, entre refugiados sírios e outros membros da comunidade árabe-muçulmana residentes na cidade de São Paulo. A atividade teve como foco a discussão sobre o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), abordando manifestações relacionadas ao sofrimento emocional, barreiras culturais na

compreensão do sofrimento psíquico e possibilidades de suporte institucional existentes no Brasil (Figura 2). A ação foi construída a partir da interação dialógica com a comunidade, por meio de visitas e encontros realizados anteriormente à atividade (Patias *et al*., 2024).

A organização da atividade ocorreu em articulação com o Instituto Baytuna, instituição que atua no acolhimento de refugiados e migrantes da comunidade árabe-muçulmana. A aproximação com o instituto permitiu compreender aspectos importantes das dinâmicas comunitárias e das dificuldades enfrentadas pelos migrantes em seu processo de inserção social.

3.1 Aproximação com a comunidade e barreiras de acessibilidade

Durante as visitas institucionais e as conversas com voluntários e responsáveis pelo projeto, foi possível observar que uma das principais dificuldades enfrentadas pela comunidade se refere às barreiras linguísticas. A língua pode constituir importante entrave à participação em atividades sociais, institucionais e educacionais, dificultando o acesso à informação, aos serviços disponíveis no território e ao mercado de trabalho. Essa dificuldade é descrita na literatura como um dos elementos que interferem nos processos de integração social de migrantes e refugiados (Brito, 2022; Almeida *et al*., 2024; Campos *et al*., 2024).

Apesar dessas dificuldades, o instituto desenvolve iniciativas voltadas à integração comunitária. Entre elas, destacam-se atividades esportivas, como o futebol destinado às crianças, que podem funcionar como estratégias de aproximação entre as famílias e o projeto. A literatura sobre migração também aponta que crianças podem ocupar posições de mediação cultural entre a família e a sociedade de acolhida, especialmente em razão da aquisição mais rápida da língua local por meio da escola. Da mesma forma, mulheres migrantes podem assumir papéis centrais na reorganização da vida familiar e na construção de redes de apoio comunitário (Moro, 2015).

Fernandes e Onuma (2024), ao discutirem processos migratórios a partir de um recorte de gênero, destacam que mulheres em situação de refúgio podem vivenciar vulnerabilidades relacionadas à maternidade, ao trabalho doméstico, à inserção social e a diferentes formas de discriminação. Considerar que mulheres e homens migrantes podem apresentar trajetórias e demandas distintas é relevante para a construção de espaços de escuta, acolhimento e pertencimento na comunidade de refugiados.

3.2 Experiências de deslocamento e sofrimento psíquico

Durante a visita domiciliar realizada com uma família atendida pelo projeto com o auxílio de um intérprete da própria comunidade, foi possível aprofundar a escuta sobre as experiências relacionadas ao processo migratório.

As narrativas apresentadas pelos participantes evidenciaram histórias marcadas por perdas significativas, mudanças abruptas, risco de morte e separações familiares decorrentes dos conflitos armados e do deslocamento forçado. A família extensa apareceu como elemento central na organização cultural e afetiva dos participantes, de modo que a separação de parentes e a impossibilidade de reencontro presencial constituíam importantes fontes de sofrimento emocional. A literatura sobre migrações internacionais destaca que os deslocamentos podem produzir rupturas nas redes familiares e sociais que estruturam a vida cotidiana dos migrantes (Baeninger, 2013).

Outro aspecto observado refere-se à dificuldade de acesso a serviços de saúde mental. Essa dificuldade esteve relacionada, no contexto observado, às barreiras linguísticas e às diferenças culturais na compreensão e na expressão do sofrimento psíquico. Em diferentes momentos, surgiram dúvidas entre os participantes sobre a distinção entre reações emocionais compreensíveis diante das experiências de deslocamento e situações que poderiam demandar acompanhamento psicológico especializado.

As dificuldades de acesso a serviços de saúde mental também são descritas na literatura sobre população migrante no Brasil. Barreiras linguísticas, diferenças culturais e desconhecimento sobre o funcionamento do sistema de saúde podem limitar a utilização dos serviços disponíveis. Estudos sobre a integração de migrantes no país apontam que, embora existam políticas de acolhimento e acesso universal ao sistema público de saúde, persistem desafios institucionais e sociais para o efetivo acesso dessa população, especialmente quando se consideram as necessidades de saúde mental (Martes; Faleiros, 2013).

3.3 A ação psicoeducativa sobre TEPT

A partir das demandas identificadas durante as visitas institucionais e domiciliares, foi organizada uma ação psicoeducativa voltada à comunidade atendida pelo instituto. A atividade consistiu em uma palestra sobre Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), ministrada por professores de Psicologia da Fundação Santo André, com a participação de estudantes universitários vinculados ao projeto de extensão (Figura 2).

A atividade contou com ampla divulgação junto à comunidade, registro audiovisual e entrega de certificados a todos os participantes (Figura 1). A presença de um intérprete da própria comunidade foi fundamental para possibilitar a comunicação intercultural e favorecer a participação dos presentes. Ao se abordar as possíveis manifestações do TEPT e os impactos emocionais associados ao deslocamento forçado, emergiram relatos de sofrimento relacionados à permanência de familiares em regiões ainda marcadas por conflitos armados. A apresentação do TEPT foi realizada de forma contextualizada, permitindo trocas e questionamentos. A perspectiva de uma clínica ampliada e contextualizada contribui para que o sofrimento seja compreendido para além dos sintomas isolados, considerando as condições sociais e políticas nas quais a experiência se produz (Prado; Araújo, 2019).

Figura 1 - Cartaz de divulgação.



Legenda: Divulgação realizada junto à comunidade e ampliada a todos os interessados, 2025. Fonte: Autoria própria, 2025.

Figura 2 - Palestra TEPT.



Legenda: Palestrante durante a apresentação. Fonte: Acervo dos autores, 2025.

Durante a ação, os participantes expressaram preocupação constante com parentes que permaneciam em áreas de risco e que, em razão de questões políticas e burocráticas, ainda não haviam conseguido migrar. Esse sofrimento, observado no contexto da atividade, não deve ser automaticamente interpretado como manifestação de TEPT, uma vez que a preocupação diante de uma ameaça concreta e persistente pode constituir resposta compreensível às condições vivenciadas. A discussão realizada buscou, portanto, diferenciar sofrimento contextualizado de uma formulação nosológica, sem desconsiderar a possibilidade de necessidade de acompanhamento especializado. Nesse sentido, tornou-se perceptível que parte do sofrimento relatado não se referia exclusivamente a um evento traumático já encerrado, mas à permanência de situações concretas de ameaça, separação e risco de perda de familiares. O deslocamento geográfico não havia eliminado a insegurança associada à violência e à possibilidade de novas perdas. Essa compreensão reforça a necessidade de contextualizar o sofrimento psíquico e considerar as dimensões sociais e políticas da experiência migratória, evitando sua redução a categorias nosológicas isoladas (Prado; Araújo, 2019; Rosa *et al*., 2009).

A expressão da impotência diante da distância geográfica também apareceu associada a expressões culturais, como músicas, práticas culinárias e memórias de lugares e pessoas que, naquele momento, podiam ser acessados principalmente por meio de contatos digitais. O medo e a preocupação constantes em relação aos familiares e ao futuro atravessavam o processo de reconstrução da vida no país de acolhida e participavam da construção de novas formas de identidade e pertencimento (Almeida *et al*., 2024).

3.4. Contribuições da ação extensionista

A experiência também evidenciou desafios relacionados ao acesso à informação e aos direitos sociais. Muitos participantes relataram desconhecer formas de acesso aos serviços de saúde disponíveis no Brasil, incluindo o Sistema Único de Saúde (SUS). A atividade contribuiu para ampliar o conhecimento sobre esses recursos, oferecendo orientações acessíveis sobre cuidado em saúde mental.

Outro aspecto relevante refere-se às barreiras culturais e ao estigma em torno do sofrimento emocional. Inicialmente, observou-se certo receio em abordar temas relacionados à saúde mental. Entretanto, por meio de uma abordagem baseada na escuta ativa, na linguagem acessível e na valorização das experiências culturais da comunidade, foi possível favorecer um espaço de diálogo e acolhimento. A importância de práticas psicológicas contextualizadas e sensíveis às condições sociais e culturais da população migrante é destacada na literatura (Prado; Araújo, 2019; Rosa *et al*., 2009).

A ação também teve impacto na formação dos estudantes envolvidos no projeto de extensão, que puderam vivenciar um contexto de atuação profissional junto a uma população migrante. Essa experiência favoreceu o desenvolvimento de competências éticas, sensibilidade cultural e reflexão crítica sobre o papel social da Psicologia, aspectos relacionados às contribuições da extensão universitária para a formação acadêmica e para a promoção da saúde mental na comunidade (Patias *et al*., 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência extensionista descrita neste trabalho evidenciou a importância da aproximação entre universidade e comunidade migrante na construção de espaços de escuta, acolhimento e produção de conhecimento sobre saúde mental em contextos de deslocamento

forçado. A parceria estabelecida com o Instituto Baytuna possibilitou não apenas o acesso à comunidade síria residente em São Paulo, mas também a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e institucionais que atravessam o processo de integração desses sujeitos no contexto brasileiro.

As atividades realizadas permitiram identificar desafios relacionados à acessibilidade aos serviços e às ações de apoio, especialmente no que se refere às barreiras linguísticas e culturais. Tais obstáculos podem interferir no acesso à informação, aos serviços de saúde e às possibilidades de cuidado em saúde mental, conforme também apontado pela literatura sobre migração e acesso a serviços no Brasil (Martes; Faleiros, 2013; Campos *et al*., 2024).

As narrativas compartilhadas durante as visitas e durante a palestra evidenciaram que o processo de migração forçada esteve associado, naquele contexto, a experiências de perda, separação familiar e exposição a situações de risco e violência. Essas vivências repercutiram em relatos de sofrimento emocional que nem sempre eram reconhecidos ou discutidos nos espaços institucionais. A literatura sobre migração e saúde mental ressalta a importância de considerar essas experiências em seu contexto social e histórico, evitando interpretações exclusivamente individualizantes (Rosa *et al*., 2009; Prado; Araújo, 2019).

Outro aspecto relevante refere-se ao impacto formativo da experiência para os estudantes envolvidos no projeto de extensão. A participação nas atividades possibilitou o contato direto com realidades sociais complexas, favorecendo o desenvolvimento de competências éticas, sensibilidade cultural e reflexão crítica sobre o papel social da Psicologia. A extensão universitária, nesse sentido, reafirma seu potencial como espaço de articulação entre ensino, pesquisa e compromisso social, ampliando as possibilidades de atuação profissional junto a populações em situação de vulnerabilidade.

Entre as contribuições deste trabalho destaca-se a possibilidade de ampliar a visibilidade das experiências vividas por migrantes e refugiados no contexto brasileiro, especialmente no que se refere às demandas relacionadas à saúde mental. A experiência extensionista evidenciou a importância de práticas psicológicas culturalmente sensíveis, capazes de considerar os contextos históricos, sociais e culturais que atravessam as trajetórias de vida dos sujeitos em situação de refúgio. Essa perspectiva é coerente com propostas de atuação psicológica voltadas à integração social e à promoção de direitos (Prado; Araújo, 2019).

A experiência também aponta para a necessidade de ampliar políticas e práticas institucionais voltadas ao acolhimento de migrantes e refugiados, incluindo ações que considerem as barreiras linguísticas, culturais e sociais que dificultam o acesso aos serviços de saúde e às redes de apoio existentes.

Como limitação, destaca-se que o presente trabalho se caracteriza como um relato de experiência baseado em uma ação extensionista específica, envolvendo um número reduzido de participantes e um recorte comunitário localizado. Dessa forma, os resultados apresentados não têm pretensão de generalização, mas sim de oferecer reflexões situadas a partir das experiências vivenciadas no contexto da atividade. Outra limitação refere-se às próprias barreiras linguísticas e culturais presentes durante as interações com a comunidade, que podem ter influenciado a profundidade das narrativas compartilhadas e o acesso a determinadas experiências subjetivas dos participantes. Embora a presença de um intérprete tenha contribuído significativamente para a mediação comunicacional, tais aspectos permanecem como desafios importantes em pesquisas e intervenções realizadas com populações migrantes.

Por fim, destaca-se a necessidade de continuidade de iniciativas semelhantes, que permitam aprofundar a compreensão das demandas relacionadas à saúde mental de refugiados e migrantes, bem como desenvolver estratégias de cuidado psicossocial mais amplas e articuladas com as políticas públicas de saúde e assistência social.

5 AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao Instituto Baytuna pela parceria e colaboração nas atividades e ações propostas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nathalia Caroline de; CARMO, Cláudio Márcio do. Testemunhos de refugiados sírios no brasil: o entre-lugar que se revela nas construções linguístico-discursivas. **Interfaces**. v. 15, n. 1, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5935/2179-0027.20240007.

ARAÚJO, Rena Soares; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; VASCONCELOS, Ana Cláudia Cavalcanti Peixoto de; PEREIRA, Elina Alice Alves de Lima; NASCIMENTO, Bruna Grasiele da Silva; MÉLO, Celâny Teixeira de. Educação popular na atenção primária à saúde: sistematização de experiências com

grupos comunitários de promoção da saúde. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 17, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.5212/REV.CONEXAO.V.17.15270.003. Acesso em 14 mar. 2026.

BAENINGER, Rosana (Org.). **Migrações internacionais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=853110. Acesso em 14 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em 14 mar. 2026.

BRITO, Ádani Lopes. Inclusão social e a importância da língua no contexto migrante. **RVISTA Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 3, n. 15, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/37732. Acesso em 15 mar. 2026.

CAMPOS, Carlos Antônio Massad; ROSA, Maria Edinete. Refugiados Sírios no Brasil: revisão da literatura. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, v. 10, n. 10, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v10i10.16147.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

FERNANDES, Janaina de Mendonça; ONUMA, Fernanda Mitsue Soares. Mulheres em situação de refúgio: as mais vulneráveis dentre as vulneráveis, segundo a teoria da reprodução social. **Cad. EBAPE.BR**, v. 22, n. 2, Rio de janeiro, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120230124.

MARTES, Ana Cristina Braga; FALEIROS, Sarah Martins. Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, 351–364, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200008.

MORO, Marie Rose. Psicoterapia transcultural da migração, **Psicologia USP**, v. 26, n. 2, 186-192, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140017.

MOURA, Heriederson Sávio Dias *et al*. Health condition, income loss, food insecurity and other social inequities among migrants and refugees during the COVID-19 pandemic in Brazil. **MC Public Health**, v. 23, p. 1728, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12889-023-16620-9.

ONU – Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015. Disponível em: https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/biblioteca/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 14 mar. 2026.

PATIAS, Naiana Dapieve.; SILVA, Ana Cláudia Pinto da; COELHO, Elenise Abreu; BRAGA, João Pedro Guidalli. Extensão em Psicologia: formação universitária e promoção de saúde mental na comunidade. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.14393/REE-2024-71588.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; ARAÚJO, Suzana Almeida. Políticas de atendimento a migrantes e refugiados no Brasil e aproximações da psicologia. **Revista Psicologia Política**, v.19, n. 46, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300014. Acesso em: 14 mar. 2026.

ROSA, Miriam Debieux; BERTA, Sandra Letícia; CARIGNATO, Taeco Toma; ALENCAR, Sandra Luzia de Souza. Condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, n. 12, v. 3, 497–511, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000300006.

SÍVERES, Luiz (Org.). **A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232083. Acesso em 14 mar. 2026.